

Governo não crê em preferência parlamentarista da Constituinte

BRASÍLIA — O Governo não acredita em números que apontem a preferência dos constituintes pelo parlamentarismo e atribui à ação de uma minoria organizada o movimento pela adoção desse sistema de Governo. Segundo o Porta-Voz da Presidência da República, Frota Neto, o Presidente José Sarney foi alvo dessa minoria duas vezes: primeiro, quando tentaram reduzir seu mandato e, agora, quando tentam reduzir seus poderes.

Frota Neto argumentou que o simples exame da plataforma dos constituintes, quando candidatos, é suficiente para atestar que a maioria não evidencia qualquer sintonia com o sistema parlamentarista. Por essa razão, o Porta-Voz acredita que outros interesses que não os ideológico-partidários acionaram o movimento pelo sistema de Gabinete:

— É bom não esquecer que o Presidente Sarney foi alvo seguido de tentativas de redução do seu mandato e de seus poderes e isso mostra que a intenção de alguns é com o presente, enquanto a maioria da Assembleia Constituinte tem compromisso com o futuro do País.

Frota Neto disse que a posição do Governo é a de não concordar em assistir passivamente à ação desse grupo que, na sua opinião, leva ao risco de "prender-nos ao casuísmo



Frota atribui movimento a minoria

da negociação político-partidária". E disse que não tem conhecimento de pesquisas entre os constituintes que apontem uma tendência clara pelo parlamentarismo.

O Porta-Voz, no entanto, afirmou que o número de constituintes considerados indefinidos é "muito maior do que aquele noticiado diariamente pelos jornais". Segundo outro colaborador do Presidente, o parlamentarismo vence na Comissão de Sistematização por estreita margem de votos, o que inspira otimismo ao Go-

verno quanto à possibilidade de reverter essa tendência.

Frota Neto se utilizou, por duas vezes, de um argumento do Senador José Richa (PMDB-PR) para expor o pensamento do Governo em relação ao atual momento da Constituinte. Na versão do Porta-Voz, Richa chamou a atenção sobre a importância de a Assembleia não refletir o momento passado, mas "uma intenção de futuro".

— Toda a proposta do Governo e o conteúdo das informações que trocamos são nesse sentido — disse.

Segundo ele, a prorrogação dos prazos de trabalho da Constituinte trouxe maior tranquilidade às negociações. Frota lembrou que essas negociações partiram de posição inflexível e que já chegaram ao ponto de as principais lideranças se empenharem na busca de uma solução negociada.

Referindo-se à notícia publicada em um jornal de circulação nacional de que Ronaldo Costa Couto seria substituído na Casa Civil pelo Governador do Distrito Federal, José Aparedo, o Porta-Voz foi categórico: "A informação é absolutamente infundada". Quanto à possibilidade de um dos Ministros assumir a posição de Coordenador do Ministério, conforme proposta do Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, Frota negou com firmeza.

Senadores defendem mudança do sistema em palestra para militares

O parlamentarismo foi defendido ontem por três senadores e atacado por um deputado federal, numa palestra para 120 tenentes-coronéis e sete coronéis da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, em Marechal Hermes, no Rio. Os Senadores Carlos Chiarelli (PFL-RS) e José Richa (PMDB-PR) discordaram sobre a proposta que deve vigorar: Chiarelli defendeu a sua própria, enquanto Richa prefere a de Nelson Carneiro. Já o Senador Fernando Henrique Cardoso disse que o Governo abandonou sua posição inicial de inflexibilidade na defesa do presidencialismo. O único contra a mudança do sistema de Governo foi o Deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE).

Fernando Henrique recomendou cautela aos assessores políticos do Presidente José Sarney na condução das negociações, para o Governo "não se queimar". Disse que o Planalto começa a dar mostras de que está interessado em buscar uma solução conciliatória para o problema. Os movimentos do Ministro-Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, são claros sintomas, acredita o Senador, de que o Governo começa a se aproximar do bloco parlamentarista com vistas à negociação.

— O próprio Doutor Ulysses, em suas conversas com o Presidente Sarney, está tentando uma solução consensual — acrescentou.

Os números de Fernando Henrique Cardoso indicam maioria folgada para o parlamentarismo. Dos 93 membros da Comissão de Sistematização, segundo ele, 55 são parlamentaristas, 33 presidencialistas e cinco ainda estão indefinidos. Na bancada peemedebista da Câmara dos Deputados, a proporção seria de dois por um em favor do parlamentarismo. Do Senador Virgílio Távora (PDS-



Fernando Henrique: cauteloso

CE) ele recebeu a informação de que 31 parlamentares do PDS são parlamentaristas e apenas seis presidencialistas.

O Senador Carlos Chiarelli fez, durante os debates, a defesa de sua emenda. Por ela, seria realizado um referendo popular sobre o conjunto da nova Carta 90 dias após a promulgação. O mandato do Presidente José Sarney seria de seis anos, ao fim dos quais a população, por via direta, elegeria o seu sucessor, que exerceria as funções de Chefe de Estado de um Governo parlamentarista. As eleições de 1990 seriam, entretanto, as únicas em que o Presidente da Re-

pública seria eleito diretamente. Nas demais, o processo de escolha do Presidente seria indireto, através do Congresso Nacional.

Chiarelli defende diretas no próximo pleito em decorrência do fato de existir grande clamor popular nesse sentido. Por sua emenda, seria criada a figura de um Ministro Extraordinário com a atribuição de promover a transição do presidencialismo ao parlamentarismo. E se a Constituição for rejeitada no plebiscito, o Congresso seria dissolvido e novas eleições seriam realizadas em 60 dias.

Já para o Senador José Richa, a emenda que lhe parece melhor acabada é a do Senador Nelson Carneiro. Ele, entretanto, não concorda com a fixação de eleições diretas para todos os próximos Presidentes. Nessa questão específica, Richa prefere a proposta de Chiarelli, segundo a qual somente o sucessor de José Sarney seria eleito diretamente. Os demais passariam a ser escolhidos pelo Congresso Nacional.

— Um Presidente eleito com 50 milhões de votos, por exemplo, teria tanta força que poderia implodir o parlamentarismo. Além disso, se houvesse um desentendimento entre o Presidente e o Primeiro-Ministro, a população tenderia a apoiar o primeiro porque o elegeu diretamente — comentou Richa.

O Deputado Ricardo Fiúza condenou a proposta de submeter a convocação das Forças Armadas à apreciação dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, afirmando que isso poderia criar impasses na eventualidade de, por exemplo, um dos consultados negar a autorização. Na opinião do Deputado pernambucano, somente o Presidente pode acionar as Forças Armadas.

Empresários do Sul 'marcam' 6 constituintes

PORTO ALEGRE — Seis Deputados e Senadores gaúchos, que não compareceram ontem à reunião em que as principais organizações de empresários do Estado debateram as suas reivindicações para a Constituinte, "estão marcados com uma cruz na testa" e não terão o apoio da classe nas próximas eleições. A afirmação é do Presidente da Federação das Associações Comerciais, César Valente, sustentando que "ninguém ajuda uma campanha eleitoral por mera benemerência, mas porque quer ter no eleito um representante dos seus princípios".

Foram convidados para a reunião os dez gaúchos integrantes da Comissão de Sistematização da Constituinte, incluindo os suplentes. Compareceram apenas os Deputados Darci Pozza e Victor Faccioni, do PDS, Arnaldo Prieto, do PFL, e Ibsen Pinheiro, do PMDB. Os que faltaram foram os Senadores José Fogaça e Paulo Bisol, do PMDB, Carlos Chiarelli, do PFL, e os Deputados Vicente Bogo e Nelson Jobim, do PMDB, e Adilson Motta, do PDS.

Cerca de 20 líderes empresariais dos diversos setores apresentaram suas reivindicações aos Constituintes. Na reunião, fechada à imprensa, a Federação da Agricultura e a UDR criticaram o projeto de reforma agrária contido no substitutivo do Relator Bernardo Cabral, que prevê a imissão de posse imediata nas áreas desocupadas. A Federação das Indústrias defendeu a aposentadoria com tempo de trabalho igual para civis e militares como regra geral, e a criação do seguro-desemprego gerido por patrões e trabalhadores. Este novo fundo extinguiria o Finsocial, aumentando para o dobro os dois por cento com que as empresas já contribuem, enquanto os trabalhadores entrariam com mais dois por cento sobre os salários.

Líder do Governo aposta na divisão de parlamentaristas

BRASÍLIA — Depois de afirmar que as tentativas de negociações dos parlamentaristas com o Governo em torno de um sistema de governo misto não passam de "baleia", o Líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, adiantou ontem a estratégia traçada para a aprovação do presidencialismo na Comissão de Sistematização: o Palácio do Planalto aposta na divisão dos parlamentaristas em torno das propostas de sistema misto existentes, ao mesmo tempo em que aglutina suas forças em torno da emenda presidencialista de Theodoro Mendes.

Como explica Sant'Anna, se a disputa fosse com uma fórmula mista que agrupasse todos os parlamentaristas, a vitória do presidencialismo seria muito difícil. Porém, como não existe esta fórmula de consenso, e como a proposta do Relator Bernardo Cabral será de um parlamentarismo puro, o Líder do Governo acha que a vitória do presidencialismo puro será tranquila.

Quanto às negociações, reafirmou que estão encerradas. Explicou que o encontro do Deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) com o Ministro Costa Couto, para a apresentação de uma emenda parlamentarista, teve caráter informal.

— O tempo das negociações passou — garantiu Sant'Anna, lembrando que foram gastos meses na negociação de uma fórmula de sistema misto para, no final, Cabral adotar o parlamentarismo puro.

— Estamos diante de duas evidências: o substitutivo apresenta esta fórmula e o Relator quer mudá-la. Nesta circunstância, só temos uma maneira de mudar o substitutivo: nos aglutinarmos em torno de uma proposta de presidencialismo puro, com um Congresso forte, como prevê a Emenda Theodoro.

No confronto direto com o parlamentarismo puro, o Líder do Governo espera contar com um grande trunfo: seria difícil o povo aceitar a

Álvaro Dias quer maior eficácia na administração

PORTO ALEGRE — O Governador do Paraná, Álvaro Dias, disse ontem, nesta capital, que para o sistema parlamentarista não se transformar em uma grande decepção, "não basta o fortalecimento dos partidos, sendo fundamental uma profunda reforma administrativa, o que não está ocorrendo". Ele acha que somente depois dessa reforma, "com a reorganização da administração pública de forma competente", o Brasil estará preparado para o parlamentarismo, que a seu ver deveria ser adotado depois do mandato do sucessor do Presidente José Sarney.

Sobre a reforma administrativa que deve acompanhar a reforma tributária, conforme os Governadores defenderam na recente reunião de Florianópolis, Álvaro Dias disse que já a iniciou no Paraná. Fazendo o que chamou de sua parte "na campanha de moralização do País", ele afirmou que a sua reforma provocou a demissão de mais de oito mil funcionários e a correção de três mil acúmulos de cargos, o que representou uma economia de CZ\$ 160 milhões mensais. Disse também ter determinado a prisão administrativa, "um mecanismo legal em desuso, de 13 funcionários corruptos, sem contar o inquérito sobre as irregulardades na filial do Banco do Estado do Paraná no Paraguai.

— Essas reformas e o combate à corrupção para a sociedade exige, o presidencialismo tem mais agilidade de realizar do que o parlamentarismo. Por isso, defendo que, após o mandato de cinco anos do atual Presidente, seu sucessor ainda governe por quatro anos sob o presidencialismo e, então, o parlamentarismo passe a vigorar.

Sobre o substitutivo do Relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, Deputado Bernardo Cabral, Álvaro Dias declarou que ele "deixa muito a desejar, principalmente nos aspectos mais cruciais da forma de governo, duração do mandato presidencial e reforma agrária. Por isso acha importante a realização de um plebiscito após a aprovação da nova Constituição".

Autor do projeto 'gradualista' vai ao Planalto

BRASÍLIA — Muito criticado em função de sua proposta de adoção gradual do sistema parlamentarista de governo, que somente entraria em plena vigência no último dos seis anos do mandato do atual Presidente da República, o Deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) foi chamado ontem para um encontro reservado no Palácio da Alvorada. Antes de ser lançada, a proposta fora objeto de ampla negociação de Cid junto a setores de importância no cenário político nacional.

Os parlamentaristas adeptos da idéia sustentam que em torno dela poderia ser admitido um amplo pacto político, que garantiria ao Presidente Sarney, no restante do seu mandato, a sustentação no Congresso de que ele se ressentia. A base de apoio ao Governo estaria assegurada "como contrapartida ao respaldo do atual Presidente à adoção do novo sistema". Com base nesse raciocínio, o grupo "gradualista" acredita que Sarney poderia ser dissuadido a apoiar a proposta de Cid Carvalho, deixando à margem a defesa intransigente que até o momento faz do sistema presidencialista de governo.

Mas outros parlamentaristas afirmam que não estão negociando o regime de governo em troca de um mandato de seis anos para o Presidente Sarney, "ao contrário do que muitos apregoam".

Para deputado, 'Centro' é 60% parlamentarista

BRASÍLIA — De cem integrantes do "Centro Democrático" do PMDB, cerca de 40 são presidencialistas, mas a maioria é parlamentarista e não será influenciada pelo Governo na hora de votar. A avaliação é de um dos coordenadores do grupo, o Deputado Mendes Ribeiro (RS).

— Nem adianta o Presidente Sarney chegar 20 vezes para mim e dizer: "Vamos votar pelo presidencialismo". Eu não vou. Sou parlamentarista e vou votar pelo parlamentarismo — disse, acrescentando que o grupo não é o mesmo "centro" do Líder do Governo, Carlos Sant'Anna (BA), nem liderado por ele.

Para Mendes Ribeiro, o Governo poderá conseguir converter ao presidencialismo no máximo dez ou 15 parlamentaristas de seu grupo. Irrita-se com a afirmação de que o "Centro Democrático" seria um dos suportes do Governo na Constituinte:

— O Centro não é aliado nem contra o Governo. Gira em torno de teses e se definirá artigo a artigo.

O Deputado considera errado fechar questão sobre alguns temas na Constituinte. No caso do sistema de governo, então, não há unanimidade.

Segundo Mendes Ribeiro, os parlamentares do grupo são livres e poderão até, em determinadas questões, apoiar as posições do Governo. Em sua opinião, para que os Deputados tenham esta liberdade de opinar com independência sobre cada tema "é essencial não dever qualquer favor ao Governo".

Apesar de admitir que a maioria do grupo possa ser parlamentarista, Carlos Sant'Anna acha que poderá reverter a situação e obter adesões, porque "a maioria é parlamentarista na tese, mas não na oportunidade".